

Limites e possibilidades da gestão educacional no município: um estudo de caso

Limits and possibilities of municipal education management:
a case study

Wilson Alves de Paiva*

RESUMO: O texto pretende refletir sobre o processo de descentralização e municipalização do ensino no Brasil, seus avanços e retrocessos, tendo em vista as lutas populares por democratização e maior participação nas políticas públicas e o caráter autoritário que ao longo dos séculos, tem permeado as ações dos governos e das autoridades em geral. Como subsídio às reflexões aqui apresentadas, o artigo foi escrito como resultado de um pesquisa acadêmica sobre a municipalização do ensino no município de Trairão, localizado a oeste do Estado do Pará, na Região Norte, onde os índices de reprovação, evasão, falta de escolas e material escolar, baixos salários e etc. são dos mais altos no país. A análise dos dados educacionais do município pesquisado demonstra alguns aspectos positivos da municipalização e amplia as possibilidades de maior participação e maior autonomia do município no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Descentralização. Municipalização. Gestão. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: The purpose of this text is to reflect on the decentralization and municipalization of education in Brazil. It focuses on the advances and setbacks in popular struggles for democratization and greater participation in public policies and the authoritarianism that has guided governmental actions for centuries. This article is the result of an academic study carried out in the municipality of Trairão located in western Pará State in Northern Brazil. The number of students left behind, the lack of schools and educational materials, low salaries and related circumstances are among the highest in Brazil. The analysis of educational data from the municipality demonstrates some positive factors related to municipalization and broadens the possibility for greater participation and autonomy of municipalities in the educational field.

KEYWORDS: Brazilian education. Decentralization. Education

* Professor da Faculdade de Educação da UFG – Universidade Federal de Goiás. É graduado em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia e mestrando em Filosofia ética e política. E-mail: wp@riotapajos.com.br

management and politics.

A dialética consiste em manter juntos o enraizamento e a abertura
Leonardo Boff

A microrregião paraense de Itaituba é composta pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão (190.445,10 Km²). Antes do desmembramento desses municípios (excetuando Rurópolis que desmembrou-se de Aveiro), Itaituba era considerado o maior município do mundo, com área de 166.277,90 Km² e fazia fronteira com dois Estados (Mato Grosso e Amazonas) e os municípios de Santarém e Altamira.

A impossibilidade de administrar tal dimensão territorial gerou uma falta de controle por parte dos órgãos governamentais e, por outro lado, um descontentamento geral e a fermentação das lutas políticas por emancipação.

No campo educacional, para acompanhar o trabalho de centenas de escolas estaduais localizadas nessa área, apenas uma Unidade Regional de Educação da Secretaria Executiva de Educação-SEDUC, foi estabelecida em Itaituba. Por conseguinte, o corpo técnico-pedagógico do órgão sempre foi insuficiente para a realização de visitas e de um acompanhamento das atividades docentes. Encontros pedagógicos eram realizados anualmente na ocasião da semana de planejamento, quando os professores quase sempre copiavam o planejamento do ano anterior. Outros contatos se restringiam aos momentos que viajavam à sede para entrega de estatísticas, notas e para receber seus vencimentos salariais.

Tal realidade gerou uma situação problemática, tendo em vista que as escolas espalhadas pela zona rural não recebiam visitas do serviço de supervisão e, segundo informações de pais e líderes comunitários, era comum os professores faltarem uma ou duas semanas ao mês. Havia caso de professores que davam apenas duas horas de aula por dia. Outros viajavam a Itaituba para receber seus vencimentos e permaneciam cinco, dez ou quinze dias. Tudo isso, sem conhecimento por parte da Secretaria Executiva de Educação-SEDUC (Belém) ou Unidade Regional de Educação-URE (Itaituba).

A palavra correta para a análise dessa situação é *anomia*, que nas palavras de Ferreira:

Caracteriza-se pela ausência de normas claras e comprometedoras. Nem as normas da administração são cumpridas (por impossibilidade, recusa ou negligência), nem os responsáveis pela gestão da escola são capazes de produzir normas e valores coletivos, alternativos. As escolas vivem ao sabor de rotinas e, por vezes, do livre-arbítrio individual. (FERREIRA, 2000, p. 24)

A municipalização, portanto, proporcionou mudança nesse quadro. A proximidade do órgão não só deu a possibilidade de acompanhar o trabalho do professor e orientá-lo em todas suas atividades, como garantir o cumprimento de horário, dias letivos e conteúdo mínimo, através dos serviços de supervisão das Secretarias de Educação dos municípios criados. Acrescenta-se que o pagamento dos funcionários municipais passou a ser efetuado no próprio município e, no caso de Trairão, nas escolas-pólo mediante a entrega de notas, estatísticas e verificação dos diários de classe. Dessa forma, os professores passaram a evitar gastos desnecessários e a Secretaria Municipal de Educação passou a ter controle de dados, promovendo uma constante atualização do setor de estatística.

A gestão 1998/2000 (período de análise desta pesquisa) proporcionou, no geral, consideráveis mudanças na dimensão administrativa, pedagógica e funcional, colocando-a, talvez, como uma das melhores do Estado e a que, possivelmente, tenha alcançado mais empreendimentos e atividades de promoção da educação municipal. Entretanto, a emancipação do município também gerou lutas internas de grupos e subgrupos partidários que disputaram o poder. A animosidade criada entre os grupos repercutiu diretamente no processo educacional e merece um certo detalhamento, a seguir.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Governo Federal incentivou a ocupação e a colonização da Amazônia construindo as Rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, ao longo das quais demarcou e distribuiu lotes de terra para assentamento. Em determinados pontos, algumas agrovilas foram fundadas oficialmente, tendo Rurópolis como a principal delas. Outras foram sendo estabelecidas por iniciativa dos próprios agricultores, como é o caso de Trairão. Como resultado desse movimento político-fundiário o Igarapé Amadeus viu surgir alguns barracos e já em 1985 foi testemunha de um aglomerado urbano com ruas, casas, escritório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e

concentrava as atividades tanto comerciais como sociais dos agricultores assentados ao sul do município de Itaituba.

No princípio, sem unidade, sem integração, união ou organização social, os migrantes não tinham participação política, a não ser através de vereadores supostamente eleitos em nome da região. Algumas iniciativas de organização comunitária mudaram esse quadro. São exemplos: a criação da Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Trairão e a Associação Cooperativa Mista Agrícola Sul-Interior de Itaituba- ACOMASII as quais tiveram um aspecto pedagógico na formação da consciência política dos colonos. Tais aspectos reforçaram o movimento de emancipação que culminou com a criação do município em 13/12/1991 através da Lei. 5.695/91.

Empossada em janeiro de 1993, a primeira administração municipal (Poder Executivo e Legislativo) passou o ano citado criando as leis necessárias ao funcionamento da municipalidade: Lei Orgânica, Código de Posturas, Lei de Cargos e Salários, Orçamento etc. Dessa forma, não havendo tempo para as devidas discussões e análises necessárias, que o empreendimento desse tipo exige, algumas leis foram copiadas de outros municípios. A Lei Orgânica, por exemplo, é cópia quase idêntica da Lei de Rurópolis. Mesmo assim, em termos de educação, a lei segue a tendência das Constituições Federal e Estadual quanto à descentralização e à gestão democrática. Diz o inciso VI do artigo 101:

Art. 101 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI – Gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade.

O artigo seguinte já prevê a autonomia municipal:

Art. 102 – O município organizará e manterá sistema de ensino próprio (...).

Dessa forma, a administração da educação municipal iniciou logo no início do ano de 1993, através de um trabalho de construção orgânica de seu sistema, com a estruturação do órgão gestor (Secretaria Municipal de Educação). Seguiu-se um levantamento estatístico, funcional, patrimonial e pedagógico. O município foi dividido em duas esferas administrativas (pólos) e empreendeu a criação de escolas-sede, criação de eventos culturais objetivando o fortalecimento da identidade local e o encaminhamento de projetos para captação de recursos externos. Em julho de 93 o gestor municipal de educação foi

afastado por questões políticas e os períodos subseqüentes, ou seja, de meados de 1993 ao final de 1996, e do início de 1997 a meados de 1998, podem ser considerados como períodos de pouca alteração, impregnados de uma certa letargia em todos os sentidos, a não ser pela construção de 04 escolas (duas na zona urbana e duas na zona rural) e aquisição de ônibus escolar, ambos com recursos provenientes de convênio com o Ministério da Educação-MEC.

No *Relatório de Atividades Realizadas – 1998/2000* da Secretaria Municipal de Educação- SEMEC de Trairão, podemos ler o seguinte:

Em julho de 1998 a SEMEC estava situada em local impróprio, sem conforto, sem estrutura e sem segurança. O mobiliário era composto **unicamente** dos seguintes objetos:

- 01 armário de madeira;
- 03 escrivaninhas;
- 01 máquina datilográfica;
- 01 máquina filmadora **estragada**.

As escolas igualmente se encontravam sem carteiras, sem material pedagógico, sem material de apoio e com poucos móveis de uso de secretaria e cozinha. Baixo número de profissionais e ausência de cargos específicos. Ausência de uma política salarial estável e gratificações de incentivo ao professor; Escolas, alunos e servidores sem documentação; Inexistência de fichas, pastas e mecanismos de controle do movimento burocrático; Centralização de poder. Inoperância dos Pólos Educacionais; Órgãos e setores vinculados à SEMEC sem coordenação e sem norteamo das ações. Feira de Ciências descontextualizada, compartimentada e sem efeito pedagógico. Festival cultural (ARRAIARÃO) sem projeção regional e com objetivos desvirtuados. Ausência completa de dados estatísticos.

Buscando a razão da situação descrita, podemos concluir que alguns fatos agravantes devem ser evidenciados: Pelo âmbito financeiro, os baixos recursos repassados pelos Governos Federal e Estadual; a ausência de tributação e a dificuldade na captação de convênios durante os primeiros 5 anos. E no âmbito administrativo-pedagógico, a não-qualificação profissional e não experiência educativa dos gestores educacionais de meados de 1993 até 1996. Pelo aspecto político, nunca houve consenso em torno de objetivos comuns e todos os interesses comunitários sucumbiram aos interesses pessoais e aos conflitos gerados entre famílias e entre grupos étnicos que, por sua vez, disputaram o poder e influência no âmbito das decisões. Dois grupos políticos se destacaram tanto na primeira

como na segunda eleição: o grupo dos “sulistas” e o grupo dos “nortistas” deixando claro a existência de uma animosidade étnica que quase sempre, termina em expressões e atitudes racistas. A primeira administração representava os “sulistas” e a nova administração, empossada em 1997, o grupo dos “nortistas”. Sendo de oposição à primeira, a administração dos “nortistas” não recebeu formalmente a prefeitura. Os gestores anteriores não compareceram à solenidade de transmissão do cargo. Segundo o Prefeito “nortista”, Sr. Valdecy José de Matos (1997/2000), “a entrada na Prefeitura foi por determinação judicial e quase nada foi encontrado. Inclusive a maioria dos documentos não foi encontrada, nunca vieram entregar alguma coisa” (Informação verbal).

Mas, como afirma Matui (1996, p.152) “a própria realidade é constituída pelo processo histórico, resultante, a cada momento, de várias determinações e submetido a um movimento provocado por forças contraditórias.”.

A análise de todos os fatos aqui descritos serve para uma melhor localização espaço-temporal e social no *corpus* desta pesquisa. Serve ainda para comparar dados das gestões educacionais precedentes, com a gestão desenvolvida no período de 1998 a 2000. Até porque, a municipalização resulta de um longo processo de descentralização política, de democratização da sociedade brasileira; da luta das oposições e do desejo de autonomia das comunidades locais. É um processo, portanto, histórico, político, econômico e que, há muito tempo, faz parte dos temas globais da sociedade, sendo veiculado na mídia, discutido nos grandes centros e reproduzido, de alguma forma, nos mais distantes recônditos do território brasileiro.

Não podemos negar, porém, que existam diversas regiões no Nordeste, no interior de Minas Gerais, de Mato Grosso e dos Estados da Região Norte, cuja população, ignora muitos desses aspectos. Muitos prefeitos têm enfrentado hostilidade por parte da população não devido à organização classista, consciência ideológica ou outro aspecto semelhante por parte dos mesmos, mas por pura e simples ignorância. O país está cheio de “Macondos”¹ espalhadas por regiões íngremes e isoladas, que carecem de uma política de atualização e conscientização da parte do gestor municipal até mesmo, e principalmente, com o pessoal

¹ MACONDO: Cidade descrita por Gabriel García Márquez em seu livro Cien Años de Soledad. Constituía-se de uma pequena vila perdida no tempo e no espaço, sem nenhuma comunicação com o mundo, recebendo visita apenas de ciganos que traziam bugingangas como “novidades” para negociar com moradores.

envolvido no processo educacional. As ações reacionárias advêm do fato de que, não só professores, mas grande parte da população de tais regiões encontra-se imersa no mundo do tradicionalismo, do autoritarismo, onde qualquer mudança pode causar insegurança. A situação piora quando constatamos a existência de uma grande quantidade de prefeitos que deixa de promover uma ação comunicativa entre o Poder Público e a população, não procurando informar a população do que está ocorrendo em seu próprio território e o porquê dos fatos.

Em Trairão não foi diferente, até mesmo pela sua situação sócio-geográfica de isolamento. Por sua vez, a administração municipal, ao assinar o convênio de municipalização com o Estado, não levou em consideração a necessidade de uma ampla discussão envolvendo todos os profissionais do ensino fundamental, nem, ainda, o ato de conscientização política em todo o município. A população ficou aquém das informações, das discussões e das decisões tomadas. Não houve o diálogo, não houve aquilo que Paulo Freire chama de “o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo”. (FREIRE, 1978, p. 93).

Também, não levou em consideração que o processo poderia ter sido progressivo, municipalizando primeiramente de 1^a. a 4^a. séries, para depois, após um período considerável à devida avaliação, municipalizar de 5^a. a 8^a. O ato, portanto, foi autoritário e inconseqüente, baseado apenas no aspecto de aumentar a renda do município com o aumento do número alunos.

Tal aspecto agrava-se quando analisamos os dados de 1998: 94% das escolas estão localizadas na zona rural, em estradas vicinais de difícil acesso. Muitas delas funcionando na casa da própria professora, sem equipamentos, como tevê, antena parabólica etc, 60% de professores são leigos, atuando na zona rural e urbana, muitos deles com super-lotação de carga-horária (200 e até 280 horas). Entre eles, a leitura não é hábito, não possuem livros ou bibliotecas, não são associados à biblioteca existente e, tampouco, fazem pesquisa. O município não recebe jornal e até a televisão é via antena-parabólica.

Por causa destes e outros fatores, houve em Trairão um sentimento contrário à municipalização, um descontentamento por esta significar insegurança, mudança do *status quo*. Outro fator deve ser acrescentado: a maioria dos servidores municipais fora contratada

pelo Município e pelo Estado (via Município) durante a administração anterior, possuindo, portanto, ligação partidária, pessoal e familiar com a mesma e, portanto, posição contrária à nova administração. Dessa forma, os servidores promoveram uma certa resistência às mudanças, projetos e iniciativas implantadas por simples desafeto com a nova administração, fato que se perpetua, em menor grau e número, nos anos subseqüentes, contra quase todas as ações administrativas da SEMEC, dificultando as ações da mesma.

Havendo, pois, dois grupos na área educacional, separados como “partidos políticos” : os “municipais” de um lado e os “estaduais” de outro, sendo os primeiros ligados à nova administração e os segundos ligados à administração anterior, era comum ouvir comentários diversos, como os que procuro transcrever abaixo:

Por parte dos “estaduais”:

“No Estado nós temos segurança... trabalhos tranquilos... mas se municipalizar, não sabemos como vamos ficar.”

“Se fosse perguntar, fazer uma pesquisa, ia encontrar pouca gente a favor da municipalização, talvez não encontrava ninguém.”

“O prefeito, sabe o que ele quer? É mandar todo mundo embora.”

“O prefeito quer ter controle sobre todo mundo e depois vai perseguir”

“Agora vai triplicar as exigências”(Informação verbal)

Por parte dos “municipais” os comentários eram mais ao nível de defesa da administração municipal ou mesmo de denúncias em relação às irregularidades preexistentes:

“Se o prefeito quer municipalizar é porque está precisando, vai melhorar, aumentar a verba e ficar mais fácil de administrar”.

“Tem professor da zona rural que passa vinte dias ou mais sem dar aula e ninguém fica sabendo. A municipalização vai resolver isso”.

“Com a distância do município, a documentação das crianças e da escola demora chegar e isso não vai ser mais problema. A documentação vai ser feita aqui mesmo” (Informação verbal).

De qualquer forma, assinado o termo de convênio com o Estado a 29/06/1998, o município de Trairão passou a receber de volta as poucas escolas estadualizadas² ao longo

² O termo “estadualização” se refere à transferência de escolas municipais ao Estado, cujo fluxo maior se deu entre 1991 a 1995 quando os municípios recém-criados procuraram diminuir sua folha de pagamento, tendo em vista seus poucos recursos.

do período anterior e outras estaduais da zona rural, totalizando 50 unidades municipais e um total de 2.576 alunos (Fonte: SEMEC e SEDUC). Em termos de funcionários, o município recebeu um bom número de efetivos e temporários; passando, portanto, a considerar-se autônomo na gestão do Ensino Fundamental e colocando nas mãos do dirigente municipal de educação uma responsabilidade de dimensão considerável, ampliando o papel político assumido diante de sua comunidade.

Waldir Amaral Bedê faz uma observação interessante quanto ao caráter político do dirigente municipal de educação, a qual considero adequada à situação estudada:

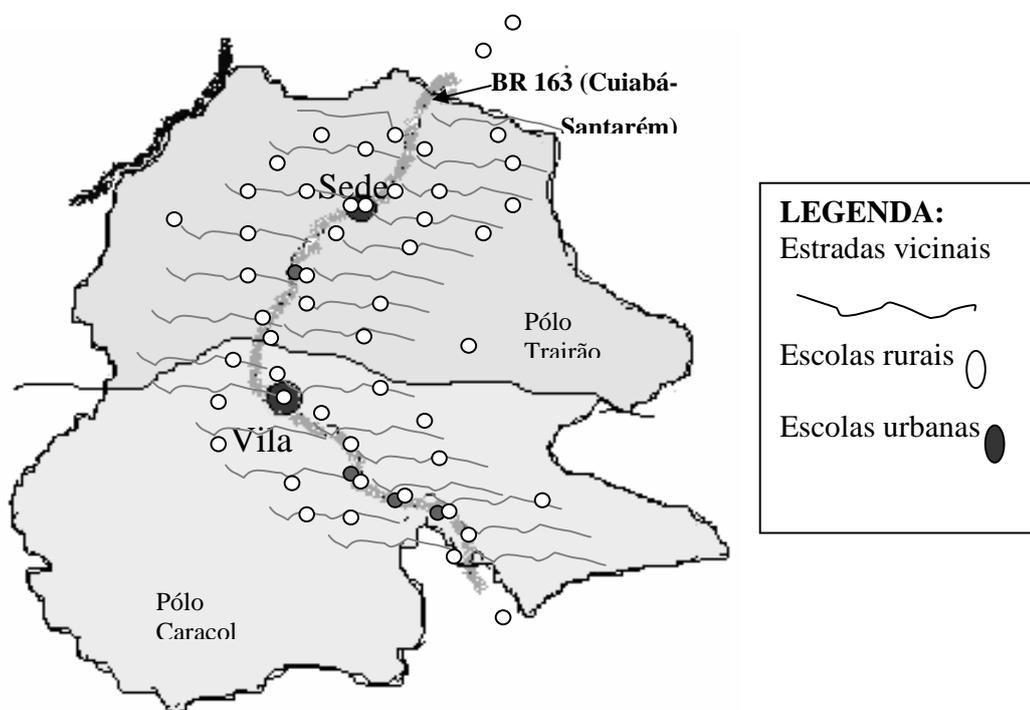
O dirigente máximo do ensino municipal, a exemplo dos dirigentes dos demais órgãos de idêntica hierarquia, é um **agente político**. Dificilmente um Prefeito comporá seu secretariado sem penetrar no tabuleiro político do poder local. As exceções, nas quais um técnico ocupa o cargo de dirigente municipal de educação, são raras e, ainda que aconteçam, não excluem das ações desse dirigente o desempenho de um papel político. Faz diferença, contudo, a forma pela qual o Dirigente do órgão exercita politicamente suas funções. Nesse caso, as alternativas são apenas duas: fazer a política trabalhar a serviço da educação ou colocar a educação a serviço da política. Quem conseguir realizar a primeira alternativa terá justificado sua passagem pela função; quem se desviar pelo caminho, aparentemente fácil, da segunda, frustrará a educação e seus objetivos maiores, “fazendo de conta” que dirigiu, mas, na verdade, foi dirigido pela força de interesses menores. (BEDÊ, apud GADOTTI, 1993, p. 43-45)

Na análise de Moacir Gadotti,

O dirigente máximo do ensino municipal, a exemplo dos dirigentes dos demais órgãos de idêntica hierarquia, é um **agente político**. Dificilmente um Prefeito comporá seu secretariado sem penetrar no tabuleiro político do poder local. As exceções, nas quais um técnico ocupa o cargo de dirigente municipal de educação, são raras e, ainda que aconteçam, não excluem das ações desse dirigente o desempenho de um papel político. (GADOTTI, 1993, p. 42).

Em Trairão ocorreu uma dessas *exceções*, ou seja, a nomeação de um técnico da Secretaria de Estado de Educação (hoje Secretaria Executiva de Educação), para assumir a gestão do ensino no município sem nenhum compromisso partidário, o que deu ao órgão municipal a possibilidade de uma ação autônoma e comprometida com a mudança e o desenvolvimento do processo educacional trairense.

Ilustração I – Mapa do município com os pólos e a localização das escolas municipais.



Quanto à administração dos recursos financeiros destinados à educação, continuou com a Secretaria de Finanças e o Setor de Contabilidade. Entretanto, a Secretaria de Educação passou a participar das discussões, montar folhas de pagamento dos servidores vinculados à educação, receber os valores tanto para pagamento como para outros gastos.

O recurso financeiro descentralizado para total controle da Secretaria foi o Salário-Educação³ o qual propiciou a aquisição de equipamentos e um vasto material pedagógico, como podemos verificar no *Relatório*.

No balanço geral, a gestão do período citado (1998 a 2000) significou avanço na estrutura orgânica das instituições com a aquisição de equipamentos e mobiliário necessário ao seu funcionamento.

As escolas receberam mais carteiras, bebedouros, freezers, material pedagógico, computadores e outros equipamentos. A Secretaria ficou dotada de computador, máquina

³ Salário Educação: Contribuição social das empresas, prevista na Constituição Federal. Mediante incidência da alíquota de 2,5 % sobre o total da remuneração paga ou creditada aos empregados durante o mês.

copiadora, fax, telefone etc. Houve a implantação da Escola de Informática com 08 computadores, scanner e impressoras em sala apropriada e equipada com aparelhos refrigeradores (ar condicionado).

Avanço também nos aspectos pedagógicos com a aquisição de um vasto material pedagógico, livros de pesquisa para os professores e para os alunos, manuais e coleção de livros com regras oficiais de quase todas as modalidades de esportes. Por iniciativa da Secretaria Municipal, a Escola Deputado Everaldo Martins implantou o sistema de *Sala Disciplina*, ou seja, o sistema em que cada sala de aula é destinada a uma matéria, equipada e decorada com motivos alusivos à mesma. A sala de Geografia passou a receber mapas, globos etc. A sala de ciências recebeu microscópio, esqueleto, torso assexuado, órgãos moldados em PVC e outros recursos. O objetivo inicial era dotar todas as 09 salas com aparelhos de tevê e vídeo cassete. Entretanto, apenas três foram adquiridos, por falta de recursos.

Diversas outras atividades foram empreendidas e considero importante analisar algumas delas detidamente à luz da afirmação de Brzezinski: “os dirigentes da educação precisam colocar as questões educacionais, por serem tantas, numa escala de prioridades.” (BRZEZINSKI, 2000, p. 213). As atividades abaixo relacionadas foram consideradas prioritárias tendo em vista a situação encontrada em 1998.

a) Levantamento de dados

A inexistência de informações leva ao espontaneísmo, ao descompromisso e ao desconhecimento da própria realidade. Nenhum órgão pode funcionar sem dados, além do mais e “[...] antes de tudo, compete ao **dirigente** conhecer todas as suas “circunstâncias”. **Informação é o nome do jogo. E “informação é poder”. Quem sabe mais, pode mais.**” (BEDÊ, apud GADOTTI, 1993, p. 43-45)

Munido deste princípio e diante da inexistência total de informações na Secretaria de Educação, o município empreendeu um conjunto de ações estruturais tais como a criação de diversas fichas como a *Ficha Funcional*, a *Ficha de Cadastro das Unidades Escolares* (onde constam todos os dados das escolas); Organização de arquivos e pastas; Organização de um painel com foto de todas as escolas; Atualização de dados estatísticos, notas, relatórios, documentos pessoais e diários de classe. Vale salientar que,

diferentemente da administração anterior, o gestor educacional passou à administração ulterior, em fins de dezembro de 2000, todas essas informações, dados e documentos.

b) Projeto sala disciplina

Em princípio, o objetivo da Secretaria Municipal de Educação foi a implantação de salas equipadas com tevê e vídeo e todo o material pedagógico necessário ao desenvolvimento da pesquisa e da descoberta através de material concreto alusivo à disciplina que nomeia a sala de aula. O projeto contemplava 03 escolas onde funcionava o Ensino Fundamental de 5^a. a 8^a. séries, entretanto, limitou-se apenas à Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Everaldo Martins. Os objetivos não foram atingidos totalmente, tendo em vista a escassez de recursos, mas algumas salas foram montadas com mobiliário próprio e diversos materiais pedagógicos, como esqueleto, microscópio, aparelhos toca-fitas, aparelhos de tevê e vídeo, globos, mapas etc. foram adquiridos e entregues à direção da escola. Porém, alguns fatores negativos contribuíram para um resultado não muito satisfatório: Em primeiro plano, o projeto não teve uma discussão abrangente e foi implantado de forma meio autoritária por parte da SEMEC, talvez mais como um projeto “pessoal” do Secretário e que encontrou duas barreiras: a primeira, formada por professores leais à causa municipal, lançou-se ao projeto sem muita análise crítica. A segunda, formada pelos “contra”, negou o esforço necessário ao desenvolvimento do mesmo. Dessa forma, o envolvimento dos docentes pode ser considerado quase nulo.

c) Merenda escolar

O primeiro aspecto da descentralização a ser experimentado pelo município foi a municipalização da merenda escolar, antes totalmente gerenciada pelos setores competentes do Ministério da Educação e Cultura-MEC e da SEDUC. Em 1998, a Prefeitura recebia aproximadamente R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e complementava com R\$ 2.000,00 (dois mil reais) totalizando um valor de R\$ 8.000,00(oito mil reais) gastos na região. Parte dessa verba passou a ser gasto no próprio município na aquisição de verduras, legumes e outros produtos de agricultores locais. O pão caseiro substituiu o industrial e a Escola Municipal Deputado Everaldo Martins experimentou uma ação exemplar e invejável: os alunos, em sua maioria filhos de agricultores, passaram a trazer alimentação (abóbora, mandioca, cebola, batata, couve etc.) para complementar e enriquecer sua “merenda”.

d) Abono qualidade

O *Abono Qualidade* foi implantado com vistas à gratificação do professor-docente que viesse desenvolver algum projeto pedagógico objetivando diminuir a evasão, aumentar a aprovação ou mesmo dinamizar a relação professor-aluno e diversificar as atividades extra-classe. Os projetos contemplados dariam ao professor o direito de perceber o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em seu pagamento. Segundo o Secretário de Educação, o valor seria inaugural. A intenção era a de aumentá-lo para R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao longo de dois anos.

Infelizmente, apenas um projeto foi desenvolvido, sistematizado e premiado durante todo esse tempo: O projeto *Formando pequenos leitores e desenvolvendo a escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental*, desenvolvido no ano de 1999 por duas professoras (Profª Orlandina e Profª Cléia) da 3ª. série do Ensino Fundamental no Instituto de Educação de Trairão. O projeto consistiu na leitura sistematizada de pequenas histórias, notícias de revistas e jornais, cartas, cartazes e outros materiais impressos. Em seguida, a notícia veiculada ou a história contada era discutida em sala e depois reconstruída em forma de texto escrito, na visão do aluno. Os textos eram produzidos em sala e as cartas escritas enviadas pelo correio. Nenhum projeto por parte dos “estaduais” foi encaminhado, como forma de “boicote” à iniciativa da administração municipal. Alguns chegaram a classificar o abono como “propaganda enganosa”.

Na análise de sua importância, não temos notícia de outro município no Estado que gratifique seus professores com algum abono semelhante.

e) Cultura

No campo cultural, a biblioteca recebeu uma grande quantidade de livros e a SEMEC criou uma “videoteca” com vídeos educativos. Outra ênfase da gestão municipal foi dada ao ARRAIARÃO (Festival Folclórico Cultural de Trairão) o qual se realiza todos os anos no mês de junho, não como alusão à festa junina, mas como promoção dos aspectos culturais do município, principalmente na preservação das tradições dos migrantes. Durante dois dias, o festival promove uma amostra de barracas com comidas típicas das cinco regiões brasileiras, amostras de danças típicas, exposições de arte e artesanato e promove a integração das diversas etnias e grupos existentes. Toda a organização do festival fica ao cargo das escolas que, através dos alunos, passam a pesquisar aspectos culturais de cada

região, discutir e preparar todo o material de exposição, bem como ensaiar os trabalhos orais e visuais, tais como danças, recitais etc.

Presente ao ARRAIARÃO/2000, o Prof. José Paulo Campos de Melo, consagrado pianista e presidente da Fundação Carlos Gomes, comenta o festival: “Sem dúvida o município conseguiu um avanço considerável em termos culturais. É difícil encontrar pelo Estado algum festival semelhante.” (junho de 2000).

À oportunidade de sua visita, foi assinado o protocolo de intenções entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Carlos Gomes para futuro convênio entre ambos os órgãos. O objetivo da medida foi promover o desenvolvimento das artes musicais na região, através da criação de uma escola de música no município e do encaminhamento ao Ministério da Cultura de um projeto de criação da Banda Municipal, atendido no 2º semestre de 2001 com o envio da banda solicitada.

Outro aspecto cultural importante foi a criação do Grêmio Estudantil e do jornal Gazeta Estudantil que propiciaram um envolvimento maior dos alunos tanto nas questões administrativas através da participação do Grêmio em todas as atividades da SEMEC, como no envolvimento político social necessário para produzir um jornal.

f) Tecnologia

A Secretaria de Educação montou uma escola de informática em convênio com a Igreja Católica, prospectando recursos da Bélgica. Na parceria, a prefeitura construiu uma sala, adquiriu aparelhos de ar condicionado e o mobiliário necessário para o empreendimento. A igreja forneceu 08 (oito) computadores, 02 (duas) impressoras e 01 (um) scanner. A escola tem o gerenciamento exclusivo da SEMEC, mas o professor é mantido pelos alunos. Como novidade, a escola atraiu um grande número de interessados. Como o número de computadores era pequeno, a SEMEC criou um sistema de seleção interessante: matricular apenas os membros efetivos da Biblioteca Municipal, comprovados através de carteira de sócio e pela confirmação da bibliotecária de que o mesmo estava utilizando o acervo.

g) Desburocratização

A gestão educacional primou pela desburocratização de seu sistema através do atendimento do Secretário em qualquer momento e em qualquer hora; visitas periódicas aos pólos educacionais; atendimento imediato das solicitações de licenças (licença-

maternidade, licença-doença, licença-luto etc.). Nas palavras do Secretário: “O servidor interessado vai à Secretaria, solicita verbalmente sua licença com a apresentação do atestado ou outro documento, o agente administrativo imprime a licença e eu a assino. O trâmite deve demorar uns dez minutos, no máximo” (Informação verbal). As escolas, igualmente, foram orientadas a entregar o certificado e o histórico escolar no dia da formatura. Demais documentos como transferência, histórico, declarações etc. são impressos no computador da escola e entregue ao interessado em tempos recordes.

Antes da municipalização do ensino, os pedidos de licença demoravam até um ano para receber alguma resposta. O *pró-labore* (pagamento do substituto) só era feito em nome de outro servidor estadual e geralmente, quando saíam, demoravam meses e até anos. As licenças mais simples eram impensáveis e a documentação de alunos ficavam retidos na Unidade Regional de Educação-URE por meses a fio. Sem mencionar que tais documentos emitidos por uma escola não autorizada e, mesmo autenticada pela URE, não tinha nenhum valor legal.

Todos esses aspectos só foram possíveis graças ao comprometimento, transparência e competência da gestão municipal. Mas, antes de tudo, é preciso analisar que sem a municipalização do ensino, talvez a metade dessas realizações não teria se concretizado. O aumento da verba ocasionado pelo aumento de alunos; e a descentralização das decisões ampliou o campo de ação do município. Conhecendo melhor a realidade de seus munícipes e tendo mais proximidade com os interessados no processo educacional foi possível envolver a comunidade não só nas atividades escolares propriamente ditas, como nas culturais em geral. O festival ARRAIARÃO, por exemplo, conta com grande envolvimento e participação de pais, comerciantes, agricultores e população em geral, promovendo uma maior interação entre escola e comunidade. Tal aspecto só foi possível a partir de uma visão territorializada de educação, quando a idéia de *Estado* fica mais “palpável” e melhor compreendida: “o princípio de que a educação é dever do Estado não implica no imobilismo da população e de cada indivíduo: a educação é dever de todos, pais, alunos, comunidade.” (GADOTTI, 2000, p. 34).

Analisando o aspecto do financiamento, a educação em Trairão teve como fundo principal os 25% dos repasses estaduais e federais (FPE, FPM, IPI, ICMS⁴ etc., cuja média mensal era de aproximadamente de R\$ 90.000,00), variando conforme o mês. Em 1998 a verba oscilou da seguinte forma:

Fundef 1998 (15%)					
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
R\$15.248,92	R\$16.536,62	R\$17.775,02	R\$14.918,13	R\$11.813,43	R\$19.335,54
Média Mensal de: R\$ 15.937,94					
10% restantes					
Média mensal de: R\$ 10.625,30					
TOTAL (25%)					
Média mensal de: R\$ 26.563,24					

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Trairão (SEMEC) – 2000.

O ano de 1998 teve uma tímida colaboração financeira de repasses do FNDE/PDDE⁵ para as escolas rurais sem Unidade Executora, ou seja, sem alguma organização jurídica que administrasse sua verba. Mesmo sendo valores complementares, não possibilitaram grandes empreendimentos, a não ser aquisição de material de limpeza e material pedagógico, tendo em vista os valores irrisórios que não passavam dos R\$ 20.000,00/ano, ou R\$ 600,00/ano por escola.

Diante dessa situação, a gestão municipal da educação procurou valer-se do pressuposto legal contido na Leis de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, que diz:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em **regime de colaboração**, os respectivos sistemas de ensino. (grifo meu)

Munido de tal pressuposto, o município recorreu ao Governo do Estado para aquisição de mobiliário e equipamentos junto à SEDUC. O resultado do encontro entre o gestor municipal com o então gestor estadual, Prof. João de Jesus Paes Loureiro, realizado

⁴ FPE: Fundo de Participação dos Estados. FPM: Fundo de Participação dos Municípios. IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados. ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

⁵ FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola.

em setembro de 1998, foi significativo para o município: doação de 380 carteiras novas, 09 bebedouros, 04 *freezers*, 02 escrivaninhas e 02 arquivos de aço.

Com a municipalização, o município saltou da média de R\$ 26.563,24 (1998) para R\$ 66.953,54 em 1999 e R\$ 68.639,01 em 2000, numa proporção de aumento de 258%. (o valor só foi alterado em janeiro de 1999). Nesse valor estão inclusos os 15% destinados ao Ensino Fundamental (FUNDEF) e o complemento da União. Esse acréscimo proporcionou uma certa melhoria física na rede escolar com construção de escolas, aquisição de equipamentos e material pedagógico, aumento salarial e outras ações estruturais.

Como análise global, nos dois anos e meio, aqui mencionados, as realizações ultrapassaram todas as expectativas, até mesmo do Prefeito Municipal, que de forma entusiasta afirmou que:

Nosso município está de parabéns com a educação. Em todas minhas andanças pelo Estado, nos encontros com outros Prefeitos, nunca vi um trabalho semelhante ou melhor. Talvez podemos considerar o melhor município do Estado, em termos de educação. O secretário e toda sua equipe está de parabéns! Nesses dois anos e meio ultrapassamos os seis anos de existência do município e outra dezena de anos em que a região pertencia ao município de Itaituba” (Informação verbal).

Apesar de tantas realizações amplamente aceitas como benefícios reais à educação trairense, confirmadas por membros das diversas facções, etnias, grupos familiares e partidos políticos, o período aqui estudado (1998/2000) merece algumas críticas e questionamentos.

Em primeiro lugar, a maioria dos servidores, vereadores e outros membros ativos da comunidade concordam que faltou um planejamento global, feito a partir de uma ampla discussão em torno dos principais problemas existentes, diante das aspirações populares. Ou seja, faltou um encontro, um fórum de debates que pudesse gerar uma discussão sobre a realidade e os desafios da mesma diante da municipalização.

Talvez seja este um dos aspectos mais cruciais da gestão citada e provavelmente de todos os municípios subitamente municipalizados: a falta de um planejamento abrangente que culmine num Plano Municipal de Educação e na elaboração dos Projetos Pedagógicos

das escolas. Ambos contemplando e objetivando a democratização do ensino através, não só de eleições para diretores, como na abertura à participação popular nos destinos da educação municipal. No caso de Trairão, o fato pode ser atenuado com a criação dos Conselhos (FUNDEF, escolares, merenda etc.) e do Grêmio Estudantil que passaram a acompanhar de perto as atividades da Secretaria. As ações eram sempre realizadas em conjunto, após decididas em reuniões com diretores, professores e membros do Grêmio. Mas não fizeram parte de um conjunto de medidas políticas abrangentes no sentido de democratizar todo o processo, porque:

O princípio da gestão democrática e da autonomia da escola implica uma completa mudança do sistema de ensino [...] A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação da cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão. A criação dos conselhos de escola representa uma parte desse processo. Mas eles fracassam se forem instituídos como uma medida isolada e burocrática. (GADOTTI, 2000, p. 49).

Outro fator negativo apontado por alguns servidores foi a falta de uma maior comunicação entre os professores e o órgão gestor. Mas, ao estabelecer uma relação entre a referida administração e a anterior, não há parâmetros comparativos. A gestão 1998/2000 tomou os seguintes passos nesse sentido: implantou o *Jornal do Servidor* distribuído durante o pagamento; apoiou e patrocinou a criação do *Gazeta Estudantil*, jornal de iniciativa do Grêmio Estudantil; adquiriu uma motocicleta para o serviço de Supervisão para que o supervisor pudesse efetuar visitas às escolas e verificar *in loco* os problemas existentes. Talvez a falha da comunicação tenha sido a incapacidade do gestor em estabelecer uma relação mais intensa e, ao mesmo tempo, consensual entre os “municipais” e os “estaduais”. Em sua defesa o Secretário afirma que:

Fui amigo de todos, ajudando-os indistintamente, inclusive nomeando pessoas contrárias politicamente a cargos de confiança. Nunca deixei de receber ninguém em meu gabinete, em minha casa e até mesmo na rua. Recebia diversos servidores da zona rural e urbana, em minha casa durante os fins de semana. Contato mais intenso do que esse é puro populismo e posicionamento demagógico, ao qual sou avesso. (Informação verbal).

Além dos pontos destacados, importa relacionar alguns aspectos negativos da gestão citada:

- a) a não realização de concurso público no início da administração em 1997, nem tampouco em 1998;
- b) a pouca articulação política para prospectar convênios junto a órgãos estaduais e federais;
- c) a inexistência de projetos específicos para diminuir a evasão escolar, altíssima no município;
- d) a não implantação de capacitação e cursos preparatórios para o exame Vestibular;
- e) a não aplicação da verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental- FUNDEF em cursos de graduação (cursos superiores);
- f) poucas construções de escolas na Zona Rural;
- g) descaso para com a educação infantil.

Quanto ao último item da relação acima citada (item g), podemos analisar que, segundo os dispositivos da LDB, o município deve atuar *prioritariamente* no Ensino Fundamental e **Educação Infantil**. Como não há verbas específicas para a Educação Infantil, a mesma fica, na maioria dos municípios, relegada às migalhas que sobram dos 10% restantes. Em outros casos, essa modalidade fica à mercê de organizações não-governamentais- ONGs, da ação comunitária, de grupos religiosos e, mais ultimamente, da Ação Social da Prefeitura, que, porém, cai no erro de tratar essa *modalidade educativa* como uma mera educação compensatória. Dessa forma, as creches e pré-escolas recebem tratamento *assistencial* e têm um caráter puramente de *compensação*, copiando a nível micro o dilema da escolarização da infância no Brasil, cujas origens remontam o século XIX:

O conceito de educação compensatória, enfatizado corretamente como um antídoto para a privação cultural, ter-se-ia originado no pensamento de Pestalozzi e Froebel, sendo mais tarde expandido por Montessori e McMillan. Seriam estas suas origens remotas: Froebel iniciando os jardins de infância nas favelas alemãs (Berlim), em pleno surgimento da Revolução Industrial; Montessori, no final do século XIX e início deste século, desenvolvendo trabalhos de educação pré-escolar voltados para crianças pobres de favelas italianas; McMillan, contemporânea de Montessori, enfatizando a necessidade de assistência médica e dentária, bem como de estimulação cognitiva, para compensar as deficiências das

crianças. A pré-escola era encarada, por esses educadores, como uma forma de superar a miséria, a pobreza, a negligência das famílias. (KRAMER, 1995, p. 25)

Sem nenhum recurso específico e nenhuma sobra orçamentária, o município de Trairão viu-se obrigado a ofertar um reduzido número de turmas de *Alfabetização*: apenas quatro (Fonte: SEMEC, 2000); nenhuma turma de *Jardim e/ou* outras de menor faixa etária: *Maternal, Berçário, etc.* Vale citar que, por iniciativa da Ação Social do município, foi montada uma creche em parceria com a Secretaria de Educação e apoio de empresas e organizações locais. Porém, sua instalação foi em lugar não adequado, com pouco material didático e seu funcionamento baseou-se, principalmente, mais no voluntariado por parte de estudantes e recém-formadas no Magistério. As escolas com turmas de educação infantil, por sua vez, não possuíam instalações apropriadas, nem material pedagógico. As professoras não possuíam curso específico e conduziam a aprendizagem nos parâmetros da educação tradicional, num aspecto de compensação e preparação para as primeiras séries do Ensino Fundamental.

Tratar profundamente do histórico da Educação Infantil no Brasil e da importância da infância no processo educativo não é objetivo deste artigo, mas o pequeno comentário acima serve para compreendermos que o problema não tem raízes no próprio município, mas é resultado de questões históricas cujas deficiências podem ser prospectadas em todo o território nacional e que nasce nas indefinições do Congresso Nacional e do MEC. Municípios como Trairão são alvos dessa política de descaso em relação à infância existente nos últimos séculos e que emperra uma análise mais ampla e, por conseguinte, a adoção de políticas eficazes na solução do problema. Em municípios cuja verba é suficiente para atender suas necessidades básicas com o Ensino Fundamental e seu caixa possibilita uma folgada sobra, pode ser possível o desenvolvimento da Educação Infantil respeitando a especificidade da infância, com pessoal qualificado e com a aquisição de equipamentos e material pedagógico adequados com vistas a atingir uma real política de valorização da infância dentro de sua realidade, sua cultura e sua vivência social.

Porém, considerando o pouco espaço de tempo, esses são aspectos que podem e devem ser trabalhos nas gestões subseqüentes, até porque a gestão municipal não se esgota no personalismo, não se atrela a uma pessoa em particular, mas deve ser fruto das

aspirações populares. A gestão aqui estudada, diferente da anterior (1993/1996), como afinal, era sua obrigação, fez questão de entregar toda a documentação, prestações de contas, equipamentos, relatórios, mobiliários, veículo e informações diversas à nova administração, a qual passou a receber a Secretaria Municipal de Educação com um quadro com foto de todas as escolas municipais e a ficha correspondente com todos os detalhes da unidade escolar; programas de computador, arquivos, fichário, relação de servidores etc. Para não haver uma descontinuidade e desinformação no início da nova administração, o gestor (1998/2000) contratou um agente administrativo ligado ao grupo de oposição, treinando-o durante todo o ano.

O objetivo deste texto não é fazer uma apologia à gestão citada, mas confirma-se, pelas ações políticas, uma atitude ética e compromissada com os destino do município. Inclusive “mantendo juntos o enraizamento e a abertura”, como salientou Leonardo Boff, através da valorização do universo local (festival cultural, valorização de tradições dos grupos migrantes etc) e introdução de aspectos da cultura universal (ensino do inglês, informática, biblioteca, modalidades desportivas desconhecidas, artes etc) e promovendo o encontro dos grupos “políticos” contrários na ação educativa do município.

Tais aspectos falam por si só e comprovam as possibilidades que a descentralização e a territorialização engendram no processo de democratização do país. Descentralizar não é desregulamentar ou desresponsabilizar o Estado como muitos afirmam, até porque o governo municipal faz parte do “Estado”. A descentralização propicia essa tomada de consciência de seus próprios problemas e a vontade de solucioná-los.

Nesse aspecto, podemos dizer que a resposta aos anseios que a nova era proporciona, dependerá diretamente da população do município. É ela que escolhe o seu gestor e que pode acompanhar o gerenciamento de seu representante. Dependerá do uso da *proximidade* que ela tem com a administração pública e da força que a mesma possa empregar na reivindicação de um compromisso com as aspirações populares, com a transparência e com a responsabilidade. Entretanto, o fato de alguém ser um elemento político e ativista, não garante que esteja engajado nas dinâmicas e ações que apontam para esse rumo. O processo exige um ato consciente, responsável e de acordo com os anseios de participação da coletividade. Exige, portanto, uma consciência que vá além do senso comum e que não se esgote na dicotomia tradicional entre “direita” e “esquerda”, mas que objetive construir um canal de consenso através do diálogo com todos os envolvidos nesse processo. (PAIVA, 2002, p. 81)

Referências

- BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência. O ser humano como um projeto infinito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- BOTH, Ivo José. *Municipalização da educação: Uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental*. Campinas: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- _____. *Lei 5.692/71*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/leis>. Acesso em: 28 jul. 2002.
- _____. *Lei 4.024/61*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/leis>. Acesso em: 28 jul. 2002.
- BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- COSTA, Maria Vorraber (org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Pedagogia da indignação. Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Política e Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. – (Coleção Questões da nossa época. V. 23).
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). *Município e Educação*. São Paulo: Cortez: 1993.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000 – (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil. A arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIMA, Licínio C. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000. – (Guia da Escola Cidadã; v. 4).
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad*. 16. Bogotá: Oveja Negra, 1986.
- MASI, Domenico de. *O ócio criativo; Entrevista a Maria Serena Palieri*, tradução de Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- MATUI, Jiron. *Construtivismo – Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino*. São Paulo: Moderna, 1995.
- MONLEVADE, João A. C. *Educação pública no Brasil: Contos e Descontos*. Brasília: Idéia Editora; 1997.

PAIVA, Wilson Alves de. Descentralização político-administrativa da educação no Brasil: entre velhos e novos paradigmas. *Inter-Ação*, Revista da Faculdade de Educação, UFG. Goiânia, v. 27, p. 67-83, jul./dez. 2002. Editora da UFG.

PARÁ. *Plano Estadual de Educação 1999 – 2003*. Belém: SEDUC, 1999.

ROUSSEAU Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SHOR, Ira e FREIRE, Paulo. *Medo e ousadia*. O cotidiano do professor. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TRAIRÃO. *Lei Orgânica do Município de Trairão*. Trairão: Câmara de Vereadores, 2000.

_____. *Relatório das atividades realizadas*. Trairão: SEMEC, 1998/2000.

Recebido: setembro/2003
Aprovado: novembro/2003